



A Lei nº 14.133, de 01.04.2021, trouxe uma série de inovações que, sem o prévio e minucioso estudo, causarão grandes dificuldades a todos aqueles que, na Administração Pública, atuam na área de licitações e contratos.

Salienta-se, por oportuno, que a referida Lei foi editada para substituir a Lei nº 8.666/1993 (antiga Lei de Licitações e Contratos Administrativos); a Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), bem como as disposições relativas ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – artigos 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011 –, dentre outras e complexas medidas, ficando, entretanto, ao alvedrio da Autoridade Administrativa Pública, ainda aplicá-las, opcionalmente, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

Esta obra, trazida a público no momento certo, é mais uma valiosa contribuição com a qual o Prof. Sidney Bittencourt vem presentear os estudiosos das licitações e dos contratos administrativos.

Extremamente dedicado às mudanças pelas quais tem passado a legislação, o Prof. Sidney acompanha dia a dia essas mudanças e, com o firme intuito de melhor esclarecer aos que se utilizam dessa matéria do Direito Administrativo, resolveu transmitir os seus vastíssimos conhecimentos e enorme experiência, brindando-nos com esta magnífica obra, em que faz uma criteriosa apreciação, passo a passo (artigo por artigo), da Lei nº 14.133/2021 e de sua complexidade, comentando com correção doutrinária e objetividade prática, sempre com o olho no aplicador da lei, que precisará de seus esclarecimentos.

Por essa razão, não tenho receio em afirmar que é muito oportuna a obra agora dada a público pelo referido mestre que, por décadas, atua na área e estuda o assunto de forma zelosa e detalhada, assessorando autoridades públicas e empresas de grande porte, ministrando, ativa e brilhantemente, cursos, palestras e seminários sobre o tema.

Francisco Rezende Filho
Advogado da União

Sidney Bittencourt

Prefácio

Sergio de Andréa Ferreira

Apresentação

Ivan Barbosa Rigolin

NOVA LEI DE LICITAÇÕES
Passo a Passo

(Comentando artigo por artigo a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) [Alterada pela Lei Complementar nº 198, de 28 de junho de 2023, e pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023]

3ª edição revista, ampliada e atualizada

Área específica da obra
Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Administração Pública, Compras Públicas, Contratos Administrativos, Vendas para a Administração Pública, Finanças Públicas, Obras Públicas, Serviços Públicos, Intendência, Auditoria e Controladoria

Palavras-chave

Licitação, licitações, contrato administrativo, contratos administrativos, contratos públicos, direito administrativo, direito público, compras públicas, obras públicas

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 3226

B624n	Bittencourt, Sidney
Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando artigo por artigo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 / Sidney Bittencourt. --3. ed.-- Belo Horizonte: Fórum, 2024.	
1111p. 17x24cm ISBN 978-65-5518-636-9	
1. Licitação. 2. Contrato administrativo. 3. Contratos públicos. 4. Direito administrativo. 5. Direito público. 6. Compras públicas. 7. Obras públicas. I. Título.	
CDD: 342 CDU: 342	

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
BITTENCOURT, Sidney. <i>Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando artigo por artigo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021</i> . 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 1111p. ISBN 978-65-5518-636-9.

Sidney Bittencourt

Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Consultor, parecerista e conferencista consagrado. Professor de Direito Administrativo. Autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Atos Administrativos da Diretoria de Administração da Marinha, órgão normatizador da matéria na Marinha do Brasil, onde atuou por mais de 30 anos. Faz parte dos Conselhos Editoriais da *Revista Síntese Direito Administrativo* e *Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios*, do grupo IOB; e dos periódicos *SLC – Solução em Licitações e Contratos* e *SAM – Solução em Direito Administrativo e Municipal*, do grupo SGP – Soluções em Gestão Pública.

É colaborador efetivo dos seguintes periódicos jurídicos: *Fórum de Contratação e Gestão Pública (FCGP)*; *Boletim Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública (DCAP)*; *Informativo de Licitações e Contratos (ILC)*; *Revista de Compras Públicas (Capacitar)*; *Revista Diálogo Jurídico*; *Revista Governet – Revista do Administrador Público*; revista *O Pregoeiro*; revista *Negócios Jurídicos*; *Boletim de Licitações e Contratos (BLC)*; *Revista IOB de Direito Administrativo*; *Boletim Jurídico Adcoas*; *Revista Lex de Direito*; *Soluções em Licitações e Contratos*, entre outros.

É colaborador *emérito* do *Boletim Mensal de Divulgação de Doutrina e de Jurisprudência sobre Direito Público*, do Instituto Nacional de Aperfeiçoamento Profissional (INAP).

No magistério, destaca-se na importante tarefa de apresentar seminários e cursos de aperfeiçoamento e especialização em diversas instituições de ensino, tais como Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Universidade Gama Filho (UGF); Universidade Candido Mendes (UCAM); Faculdade da Cidade; Instituto Superior de Aperfeiçoamento Profissional (IESAP); Faculdade Béthencourt da Silva (FABES); Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (COAD); Lex Cursos Jurídicos; Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CEAP); Materko Seminários; Centro de Instrução Almirante Newton Braga de Faria (CIANB), entre outras, além de inúmeros cursos *in company*.

Autor de mais de uma centena de artigos e com o maior número de livros editados sobre licitações e contratos do mercado jurídico brasileiro, o que motivou o Professor Ivan Barbosa Rigolin a asseverar ser ele “o mais prolífico e profícuo autor de obras sobre assuntos que envolvem licitações e contratos”.

É considerado um dos maiores especialistas em licitações e contratos do País.

Site: www.sidneybittencourt.com.br

Facebook: www.facebook.com/profsidneybittencourt

A perenidade de uma obra não se deve à sua extensão, mas ao seu conteúdo, e, no caso do professor e mestre Sidney Bittencourt, à autenticidade de suas opiniões e à propriedade de seus argumentos.

Amílcar Barca Teixeira Júnior

Conselheiro da 2ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)

A cada lançamento de obras do Prof. Sidney Bittencourt me sinto agraciado, pois delas absorvo ensinamentos seguros. Os leitores têm grande empatia por ele e por seus ensinamentos lastreados na experiência e na constante pesquisa.

Benedicto de Tolosa Filho

Administrativista

Realmente – e definitivamente – o mestre Sidney Bittencourt é surpreendente. Profundo estudioso da matéria, sempre se coloca um passo à frente dos demais. Estudioso ao extremo e, mais do que nunca, atento ao que de melhor possa se extrair das regras legais.

Clovis Celso Velasco Boechat

Advogado da União

As obras do Prof. Sidney Bittencourt são marcadas por diferenciador único. Marco pessoal do autor que o diferencia de todos os demais, na medida em que além da contribuição intelectual e científica – que exerce com maestria – traz, de maneira altamente didática, verdadeira enciclopédia sobre cada ponto que aborda em suas obras.

Flavia Daniel Vianna

Professora de Direito Administrativo

Posso afirmar que a minha vida acadêmica foi impulsionada pela oportunidade que me foi aberta pelo Professor Sidney Bittencourt no Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Profissional. Foi um local de aprendizado e fraterno convívio.

Flávio Amaral Garcia

Procurador do Estado do Rio de Janeiro

A acuidade analítica de Sidney Bittencourt, sempre por nós apregoada, aliada à cultura indisfarçável que detém e ao agudo senso de utilidade que o diferencia de tantos outros especialistas, faz de suas obras um roteiro seguro e aprazível mesmo ao melhor profissional das licitações.

Ivan Barbosa Rigolin

Administrativista

Sidney Bittencourt é nome que os operadores do Direito dos quatro cantos do Brasil sabem de cor e salteado, tão expressiva repercussão suas obras têm alcançado. E não apenas as que versam as licitações e contratações administrativas, nas quais acabou se tornando o especialista maior, mas o próprio Direito Administrativo como um todo – disciplina em que ele navega com a maestria de poucos.

Ivo Ferreira de Oliveira

Advogado da Itaipu Binacional

Conheço o Prof. Sidney Bittencourt por meio de suas obras. E esse talvez seja o melhor caminho para conhecer e aplaudir um jurista que tem se destacado por sua especialidade no campo das licitações.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Administrativista

Manter a tradição na análise sistemática e objetiva dos dispositivos legais de regência dos institutos apreciados é marca do autor. Tal forma, apesar de tortuosa para quem escreve, tem como trunfo a facilitação para os leitores. A aplicação desse método de forma cuidadosa, cruzando, quando necessário, informações de outros artigos do mesmo diploma e de outras normas, é trabalho que Sidney Bittencourt não se furta.

Modesto Carvalhosa

Jurista

O Prof. Sidney Bittencourt é um fenômeno com sua capacidade para escrever sobre temas jurídicos de difícil compreensão.

Pedro Duarte Neto

Advogado da União

O notório saber jurídico do Prof. Sidney Bittencourt não o revela doutrinador rebuscado, alcançável somente pelos operadores do Direito. Mesmo não abdicando da profundidade analítica peculiar à matéria, a leveza, aliada à sua competência no ato de transmitir ideias, torna o mestre também perceptível aos demais aplicadores.

Ricardo Santos Moreira da Cunha

Advogado e professor especialista em licitações

O Prof. Sidney Bittencourt sempre nos brinda com seu posicionamento doutrinário, produto que é de toda a experiência acumulada e da expertise de um dos maiores especialistas em licitações e contratos do país.

Ronny Charles

Advogado da União

Autor de longa trajetória jurídica, que encerra riqueza e versatilidade de conhecimento, o ilustre Prof. Sidney Bittencourt é dotado de exuberante inteligência, vigorosa objetividade e fecunda capacidade laborativa.

Sergio Esteves Krug

Mestre em Ciências e em Sistemas e Computação pelo IME/RJ

Sidney Bittencourt merece elogios e os encômios de nossa parte e dos doutrinadores e estudiosos do Direito Administrativo (em especial, das licitações e contratos administrativos), onde de há muito tem contribuído para desenvolver, por meio de suas obras e artigos, a aplicação correta das disposições legais referentes aos assuntos mencionados. O autor tem se destacado como um dos melhores juristas do país.

Toshio Mukai

Administrativista

O professor Sidney Bittencourt é jurisconsulto que há décadas ocupa lugar de destaque no cenário jurídico nacional. É um Mestre de renome no campo do Direito Público.

Luiz Cláudio Azevedo Chaves

Professor da Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR) – Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Sergio de Andréa Ferreira	53
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO	
Sidney Bittencourt	57
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	
Sidney Bittencourt	59
NOTA DO AUTOR	
Sidney Bittencourt	61
APRESENTAÇÃO	
Ivan Barbosa Rigolin	65
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – (DOU DE 1º.4.2021 – EDIÇÃO EXTRA-F)	67

Ementa

1	Competência legislativa	67
2	O termo “licitação”	70
2.1	Evolução histórica da licitação	71
3	Os contratos celebrados pela Administração Pública	72
3.1	O contrato	72
3.2	Contratos da Administração	73
3.2.1	Subdivisão dos Contratos da Administração	73
3.2.1.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública	73
3.2.1.2	Contratos Administrativos	74
3.2.1.3	Os contratos na Nova Lei nº 14.133/2021	74
4	Histórico da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações	75

Artigo 1º

1	Natureza jurídica da licitação e do contrato administrativo	77
2	As normas gerais	77
3	A licitação e o contrato administrativo	78
	<i>Inciso I</i>	
4	Regras extensíveis aos três Poderes	78
	<i>Inciso II</i>	
5	Os fundos especiais	79
	<i>Parágrafo 1º</i>	
6	Não subordinação ao regime da Nova Lei	80
6.1	As empresas públicas que exploram atividades econômicas	80
6.2	Os consórcios públicos	82
6.3	As Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e os Serviços Sociais Autônomos (SSA) – O Terceiro Setor	83
	<i>Parágrafo 2º</i>	
7	Contratações realizadas por órgãos públicos sediados no exterior	84
	<i>Parágrafo 3º</i>	
8	Licitações e contratações que envolvam recursos de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial ou de organismo financeiro	89
8.1	A questão da aprovação jurídica de contratos dessa natureza	90
	<i>Parágrafo 4º</i>	
9	Aprovação do Senado Federal dos contratos de empréstimos	91
	<i>Parágrafo 5º</i>	
10	Contratações relativas à gestão das reservas internacionais do País	91

Artigo 2º

1	O elenco de negócios jurídicos	92
	<i>Inciso I</i>	
1.1	A alienação e a concessão de direito real de uso de bens	92
1.1.1	A alienação de bens da Administração Pública	93

1.1.2	A concessão de direito real de uso de bens	93
	<i>Inciso II</i>	
1.2	A compra	93
	<i>Inciso III</i>	
1.3	A locação.....	93
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	As concessões e permissões de uso de bens públicos.....	94
1.4.1	Contrato de concessão de uso de bem público	94
1.4.2	Permissão de uso de bem público.....	94
1.4.3	Outra forma de concessão: a Parceria Público-Privada (PPP)	95
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Os serviços.....	96
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	As obras e serviços de arquitetura e engenharia	96
	<i>Inciso VII</i>	
1.7	Contratações de tecnologia da informação e de comunicação	97
2	A licitação de serviços de publicidade	98
Artigo 3º		
1	Contratos não subordinados à lei	100
Artigo 4º		
1	Aplicação de disposições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	102
1.1	Sistemáticas licitatórias diferenciadas para ME/EPP nas licitações	106
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Não aplicação dos benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006	107
	<i>Parágrafo Segundo</i>	
3	Limitação dos benefícios às microempresas e às empresas de pequeno porte	109
	<i>Parágrafo Terceiro</i>	
4	Contratações com prazo de vigência superior a um ano	109
Artigo 5º		
1	Dos princípios.....	110
1.1	O elenco de princípios licitatórios	110
1.1.1	Princípio da Legalidade	111
1.1.2	Princípio da Impessoalidade	112
1.1.3	Princípio da Moralidade	112
1.1.4	Princípio da Publicidade	112
1.1.5	Princípio da Eficiência	113
1.1.6	Princípio do Interesse Público	113
1.1.7	Princípio da Probidade Administrativa	114
1.1.8	Princípio da Igualdade	114
1.1.9	Princípio do Planejamento	115
1.1.10	Princípio da Transparência	117
1.1.11	Princípio da Eficácia.....	117
1.1.12	Princípio da Segregação de Funções	118
1.1.13	Princípio da Motivação.....	118
1.1.14	Princípio da Vinculação ao Edital.....	119
1.1.15	Princípio do Julgamento Objetivo	119
1.1.16	Princípio do Segurança Jurídica.....	119
1.1.17	Princípio da Razoabilidade	120
1.1.18	Princípio da Competitividade	120
1.1.18.1	A presença de apenas um licitante	121
1.1.19	Princípio da Proporcionalidade	122
1.1.20	Princípio da Celeridade.....	123
1.1.21	Princípio da Economicidade.....	123
1.1.22	Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável	123
1.1.22.1	O desenvolvimento sustentável	124
1.1.22.2	As licitações sustentáveis	124
2	As disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)	127
Artigo 6º		
1	Definições para os fins da Lei	139
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Órgão.....	139
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Entidade.....	140
	<i>Incisos III e IV</i>	

1.3	Administração Pública e Administração	141
	<i>Inciso V</i>	
1.4	Agente Público.....	141
	<i>Inciso VI</i>	
1.5	Autoridade	142
	<i>Inciso VII</i>	
1.6	Contratante.....	142
	<i>Incisos VIII e IX</i>	
1.7	Contratado e Licitante	142
	<i>Inciso X</i>	
1.8	Compra	144
	<i>Incisos XI e XII</i>	
1.9	Serviço e Obra.....	144
	<i>Inciso XIII</i>	
1.10	Bens e serviços comuns	145
	<i>Inciso XIV</i>	
1.11	Bens e serviços especiais	145
	<i>Inciso XV</i>	
1.12	Serviços e fornecimentos contínuos.....	145
	<i>Inciso XVI</i>	
1.13	Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	146
	<i>Inciso XVII</i>	
1.14	Serviços não contínuos ou contratados por escopo	146
	<i>Inciso XVIII</i>	
1.15	Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.....	147
	<i>Inciso XIX</i>	
1.16	Notória especialização.....	148
	<i>Inciso XX</i>	
1.17	Estudo Técnico Preliminar.....	148
	<i>Inciso XXI</i>	
1.18	Serviço de engenharia.....	149
	<i>Inciso XXII</i>	
1.19	Obras, serviços e fornecimentos de grande vulto.....	151
	<i>Inciso XXIII</i>	
1.20	Termo de Referência.....	151
	<i>Inciso XXIV</i>	
1.21	Anteprojeto.....	154
	<i>Inciso XXV</i>	
1.22	Projeto básico	155
	<i>Inciso XXVI</i>	
1.23	Projeto executivo	157
	<i>Inciso XXVII</i>	
1.24	Matriz de risco	157
	<i>Incisos XXVIII, XXIX, XXX e XXXI</i>	
1.25	Empreitada e Tarefa	159
1.25.1	Empreitadas por preço unitário e por preço global	161
1.25.2	Empreitada integral	161
1.25.3	Tarefa.....	162
	<i>Incisos XXXII e XXXIII</i>	
1.26	Contratação integrada e Contratação semi-integrada	162
	<i>Inciso XXXIV</i>	
1.27	Fornecimento e prestação de serviço associado	163
	<i>Inciso XXXV</i>	
1.28	Licitação internacional.....	164
	<i>Inciso XXXVI</i>	
1.29	Serviço nacional.....	165
	<i>Inciso XXXVII</i>	
1.30	Produto manufaturado nacional.....	166
	<i>Incisos XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII</i>	
1.31	Modalidades de licitação.....	166
	<i>Inciso XLIII</i>	
1.32	Credenciamento.....	168
	<i>Inciso XLIV</i>	

1.33	Pré-qualificação	168
	<i>Inciso XLV</i>	
1.34	Sistema de Registro de Preços	168
	<i>Incisos XLVI, XLVII, XLVIII e XLIX</i>	
1.35	Ata de Registro de Preços e participantes do Sistema de Registro de Preços	169
	<i>Inciso L</i>	
1.36	Comissão de contratação.....	170
	<i>Inciso LI</i>	
1.37	Catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.....	171
	<i>Inciso LII</i>	
1.38	Sítio eletrônico oficial.....	171
	<i>Inciso LIII</i>	
1.39	Contrato de eficiência	172
1.40	Seguro-garantia	172
	<i>Inciso LV</i>	
1.41	Produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	174
	<i>Incisos LVI e LVII</i>	
1.42	Sobrepço e superfaturamento	174
	<i>Inciso LVIII</i>	
1.43	Reajustamento em sentido estrito	175
	<i>Inciso LIX</i>	
1.44	Repactuação	175
	<i>Inciso LX</i>	
1.45	Agente de contratação	176
Artigo 7º		
1	Designação de agentes públicos para o desempenho de funções.....	177
1.1	Preferência a servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração.....	178
1.2	Ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível.....	179
1.3	Não ter vínculos com licitantes ou contratados habituais	180
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Atendimento ao Princípio da Segregação de Funções.....	180
Artigo 8º e Parágrafo 1º		
1	Condução da licitação.....	182
1.1	Condução da licitação por militares.....	184
	<i>Parágrafo 2º</i>	
1.2	Substituição do agente de contratação por uma comissão de contratação.....	185
	<i>Parágrafo 3º</i>	
1.3	Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno	186
	<i>Parágrafo 4º</i>	
1.4	Contratação de assessoria de empresa ou profissional especializado.....	186
	<i>Parágrafo 5º</i>	
1.5	Designação do agente como pregoeiro	187
Artigo 9º e Inciso I		
1	Vedação a cláusulas discriminatórias.....	188
	<i>Inciso II</i>	
1.1	Vedação a tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras.....	190
	<i>Inciso III</i>	
1.2	Vedação à resistência e retardamento injustificados ao andamento dos processos licitatórios	192
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Vedação à participação de agente público.....	193
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Extensão das vedações a terceiros	194
Artigo 10 e parágrafos 1º e 2º		
1	Representação judicial ou extrajudicial	195
Artigo 11		
1	Objetivos da licitação.....	196
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Garantia da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública	197
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição.....	198
1.2.1	Garantir tratamento isonômico entre os licitantes	198
1.2.2	Manter a justa competição	198

	<i>Inciso III</i>	
1.3	Impedir contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos	199
1.3.1	Sobrepreço e superfaturamento	199
1.3.2	Afastar contratações com preços manifestamente inexequíveis	201
1.4	Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.....	202
1.4.1	Estimular a inovação.....	202
1.4.2	Promover o desenvolvimento nacional sustentável.....	203
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Governança nas contratações públicas.....	206
Artigo 12		
1	Informações do processo licitatório.....	207
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Produção de documentos por escrito, com data e local e assinatura dos responsáveis	208
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Valores em moeda corrente nacional.....	209
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Afastamento do formalismo exagerado.....	209
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	A prova de autenticidade de documentos.....	210
	<i>Inciso V</i>	
1.5	O reconhecimento de firma.....	211
1.5.1	As certidões via Internet.....	211
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Atos preferencialmente digitais.....	212
	<i>Inciso VII e Parágrafo 1º</i>	
1.7	O Plano de Contratações Anual	212
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Identificação e assinatura digital.....	213
Artigo 13		
1	A publicidade dos atos licitatórios	214
Artigo 14		
1	Impedimentos de participação em licitações	216
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Vedação ao autor do anteprojeto, do projeto básico ou do executivo	216
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Vedação à empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo	217
	<i>Inciso III e Parágrafo 1º</i>	
1.3	Vedação à pessoa física ou jurídica sancionada por infração cometida.....	217
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Vedação aos que possuam vínculos com dirigentes públicos	217
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Vedação a empresas controladoras, controladas ou coligadas.....	218
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Vedação a condenado por exploração de trabalho infantil e por submissão a condições análogas às de escravo.....	219
	<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2	Participação do elaborador dos anteprojetos ou dos projetos em atividades de apoio.....	221
	<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Licitação com inclusão como encargo do contratado a elaboração dos projetos.....	221
	<i>Parágrafo 5º</i>	
4	Vedação à participação de pessoas sancionadas por organismos financeiros internacionais	222
	<i>Artigo 15 e Parágrafo 4º</i>	
1	Participação de empresas em consórcio na licitação.....	223
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Comprovação de compromisso de constituição de consórcio.....	227
	<i>Inciso II</i>	
1.2	A questão da empresa responsável pelo consórcio.....	228
	<i>Inciso III e Parágrafos 1º e 2º</i>	
1.3	A apresentação dos documentos do consórcio.....	228
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Vedação de consorciada participar da licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente	229
	<i>Inciso V e Parágrafo 5º</i>	

1.5	Responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio.....	230
	<i>Artigo 16</i>	
1	Condições para profissionais organizados sob a forma de cooperativa participarem de licitação	235
Artigo 17		
1	Fases da licitação	240
1.1	Primeira fase – Preparação da licitação (etapa interna).....	240
1.1.1	Requisição do interessado e considerações técnicas, mercadológicas e de gestão.....	241
1.1.2	Aprovação jurídica do edital licitatório	242
1.2	Segunda fase – Divulgação – Publicação do instrumento convocatório (início da etapa externa).....	243
1.3	Terceira fase – Apresentação de propostas e lances, conforme o modo de disputa adotado	243
1.4	Quarta fase – Julgamento	243
1.5	Quinta fase – Habilitação	244
1.6	Sexta fase – Interposição de recursos	244
1.7	Sétima fase – Homologação	244
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A inversão de fases.....	246
	<i>Parágrafos 2º, 4º e 5º</i>	
3	Realização de licitações preferencialmente na forma eletrônica	246
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Análise de conformidade na fase de julgamento.....	247
	<i>Parágrafo 6º</i>	
5	Exigência de certificação por organização independente	248
Artigo 18		
1	O planejamento nas contratações.....	253
	<i>Inciso I e Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>	
1.1	Estudo técnico preliminar	255
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo	257
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Condições de execução e pagamento, das garantias e das condições de recebimento.....	259
	<i>Incisos IV e XI</i>	
1.4	Orçamento estimado.....	260
	<i>Incisos V, VI e IX</i>	
1.5	Edital de licitação e minuta do contrato	262
	<i>Inciso VII</i>	
1.6	Regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia.....	264
	<i>Inciso VIII</i>	
1.7	Modalidades de licitação, critérios de julgamento e modos de disputa	264
	<i>Inciso X</i>	
1.8	Análise dos riscos.....	264
	<i>Artigo 19</i>	
1	Ferramentas para auxílio às atividades de licitações e contratos.....	266
	<i>Artigo 20</i>	
1	Obrigatoriedade de os itens de consumo serem de qualidade comum	269
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Regulamentação dos limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.....	271
	<i>Artigo 21</i>	
1	Audiência pública sobre uma licitação.....	274
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Consulta Pública sobre uma licitação.....	275
	<i>Artigo 22</i>	
1	Matriz de alocação de riscos no edital licitatório.....	276
	<i>Artigo 23</i>	
1	Estimativa prévia de preço	280
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Estimativa de preço na aquisição de bens e contratação de serviços em geral	281
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Estimativa de preço para contratação de obras e serviços de engenharia	283
3.1	Os Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas (BDI).....	284
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Parâmetros nas contratações realizadas por entes federativos sem recursos da União	287
	<i>Parágrafo 4º</i>	

5	Estimativa de valor nas contratações diretas	288
	<i>Parágrafos 5º e 6º</i>	
6	Estimativa de valor em licitações que adotem regimes de contratação integrada e semi-integrada.....	289
	<i>Artigo 24</i>	
1	O possível caráter sigiloso do valor estimado para a contratação	290
	<i>Artigo 25 e Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>	
1	Conteúdo do edital licitatório.....	293
	<i>Parágrafo 4º</i>	
2	Previsão da obrigatoriedade de implantação de programa de integridade.....	294
	<i>Parágrafos 5º e 6º</i>	
3	Previsão no edital da responsabilidade pelo licenciamento ambiental e prioridade de tramitação	296
3.1	A possibilidade de previsão da obtenção de licenciamento ambiental pelo contratado.....	297
3.2	Prioridade nos licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados.....	298
	<i>Parágrafo 7º</i>	
4	Obrigatória previsão de reajustamento de preços.....	298
	<i>Parágrafo 8º</i>	
5	Reajustamento nas licitações de serviços contínuos	300
	<i>Parágrafo 9º e Incisos I e II</i>	
6	Possibilidade de o edital exigir a contratação de mulher vítima de violência doméstica e egresso do sistema prisional .	305
	Artigo 26	
1	As margens de preferência.....	310
	<i>Incisos I e II</i>	
1.1	As margens de preferências e suas bases.....	311
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Percentuais das margens de preferência	314
	<i>Parágrafo 5º</i>	
3	Exclusão da aplicação das preferências.....	314
	<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento.....	314
	<i>Parágrafo 7º</i>	
5	Contratações estratégicas em Tecnologia de Informação e Comunicação.....	316
	<i>Artigo 27</i>	
1	Divulgação em sítio eletrônico	318
	Artigo 28 e Parágrafos 1º e 2º	
1	Modalidades de licitação.....	319
	Artigo 29	
1	Concorrência e Pregão	322
	Artigo 30	
1	Concurso.....	325
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Cessão dos direitos patrimoniais à Administração Pública.....	326
	Artigo 31	
1	Leilão	329
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A escolha do leiloeiro oficial.....	329
	<i>Parágrafos 2º, 3º e 4º</i>	
3	A divulgação e outras disposições do leilão	331
	Artigo 32 e Incisos I e II	
1	Diálogo competitivo.....	335
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Procedimento do diálogo competitivo.....	338
	<i>Incisos I, II e III</i>	
2.1	Divulgação do edital e manifestações de interesse em participar do certame.....	339
	<i>Incisos IV a VII</i>	
2.2	A fase de diálogo	339
	<i>Inciso VIII</i>	
2.3	Declaração de conclusão da fase de diálogo e início da fase de competição.....	340
	<i>Incisos IX e X</i>	
2.4	Etapas de análise das propostas e definição da vencedora	340
	<i>Inciso XI e Parágrafo 2º</i>	

2.5	A condução do certame.....	341
Artigo 33		
1	Critérios de julgamento.....	342
	<i>Inciso I e Parágrafo 1º</i>	
1.1	Critério do menor preço.....	342
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Critério do maior desconto.....	343
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Critérios da melhor técnica ou do melhor conteúdo artístico.....	344
1.3.1	Critério da melhor técnica.....	344
1.3.2	Critério do melhor conteúdo artístico.....	344
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Critério de técnica e preço.....	345
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Critério do maior lance, no caso de leilão.....	345
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Critério do maior retorno econômico.....	346
Artigo 34		
1	O julgamento pelo critério do menor preço.....	348
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	O julgamento pelo critério do maior desconto.....	349
Artigo 35 e Parágrafo Único		
1	O julgamento pelo critério da melhor técnica ou conteúdo artístico.....	351
Artigo 36 e Parágrafo 1º		
1	O julgamento pelo critério da técnica e preço.....	353
	<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2	Avaliação e ponderação das propostas técnicas e de preço.....	357
	<i>Parágrafo 3º</i>	
3	Consideração do desempenho anterior na pontuação técnica.....	357
Artigo 37		
1	Procedimento no julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço.....	359
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Constituição da banca examinadora.....	360
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Uso obrigatório dos critérios melhor técnica ou técnica e preço.....	361
Artigo 38		
1	Exigência de que os profissionais pontuados executem o objeto contratado.....	362
Artigo 39		
1	O julgamento pelo critério do maior retorno econômico.....	363
Artigo 40		
1	O Planejamento anual das compras.....	367
	<i>Inciso I</i>	
1.1	As condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.....	368
	<i>Inciso II</i>	
1.2	O processamento por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP).....	369
	<i>Inciso III</i>	
1.3	A determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas.....	370
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	As condições de guarda e armazenamento.....	371
	<i>Inciso V e Parágrafos 2º e 3º</i>	
1.5	Os princípios.....	371
1.5.1	Princípio da padronização.....	372
1.5.2	Princípio do parcelamento.....	372
1.5.3	Princípio da responsabilidade fiscal.....	374
	<i>Parágrafos 1º e 4º</i>	
2	Informações do termo de referência.....	375
Artigo 41 e Parágrafo Único		
1	Indicação excepcional de marcas ou modelos.....	377
1.1	Marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor.....	379
1.2	Exigência excepcional de amostra ou prova de conceito.....	379

1.3	A carta de solidariedade emitida pelo fabricante.....	379
Artigo 42		
1	A prova de qualidade do produto.....	382
	<i>Inciso I</i>	
1.1	A comprovação de que o produto esteja de acordo com as normas técnicas.....	384
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão.....	384
	<i>Inciso III</i>	
1.3	A certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação.....	385
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Exigência de aceitabilidade da proposta.....	386
	<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
3	A possibilidade de exigência de amostras e da apresentação de protótipos.....	387
Artigo 43 e parágrafo 1º		
1	O processo de padronização dos produtos.....	389
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	A contratação de soluções baseadas em software de uso disseminado.....	390
Artigo 44		
1	Decisão entre comprar ou alugar um bem.....	392
Artigo 45		
1	Normas ambientais a serem respeitadas nas obras e serviços de engenharia.....	393
Artigo 46		
1	Regimes na execução indireta de obras e serviços de engenharia.....	398
1.1	Empreitada e tarefa.....	399
1.2	Empreitadas por preço unitário e por preço global.....	400
1.3	Empreitada integral.....	400
1.4	Tarefa.....	401
1.5	Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	401
1.6	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	402
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Vedação à realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo.....	403
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Dispensa da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada.....	404
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Submissão do projeto básico à Administração.....	404
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Previsão da efetivação de desapropriação na contratação integrada e na semi-integrada.....	405
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Possibilidade de alteração do projeto básico na contratação semi-integrada.....	405
	<i>Parágrafo 6º</i>	
7	Aprovação de cada etapa de execução.....	406
	<i>Parágrafo 9º</i>	
8	Obrigatoriedade do uso do preço global.....	406
Artigo 47		
1	Princípios nas licitações de serviços.....	407
1.1	Princípio da padronização.....	407
1.2	Princípio do parcelamento.....	408
	<i>Parágrafo 1º e Incisos I, II e III</i>	
2	A aplicação do Princípio do Parcelamento nas contratações de serviços.....	409
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Exigência de unidade de prestação de serviços em distância compatível.....	410
Artigo 48		
1	Terceirização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares.....	412
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Vedação ao contratado de contratar cônjuge, companheiro ou parente.....	417
Artigo 49 e Parágrafo único		
1	Permissão para contratar mais de uma empresa para o mesmo serviço.....	418
1.1	A economia de escala.....	418
Artigo 50		
1	Comprovações nos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	420

Artigo 51		
1	Locação de imóveis pela Administração.....	422
Artigo 52		
1	Licitações internacionais	424
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A cotação do preço em moeda estrangeira.....	428
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Conversão da moeda para pagamento	430
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Garantias de pagamento ao vencedor da licitação.....	430
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Indicação dos gravames incidentes no edital licitatório.....	430
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Sujeição de todos os licitantes às mesmas regras	433
	<i>Parágrafo 6º</i>	
7	Vedação ao estabelecimento de barreiras a licitantes estrangeiros.....	433
Artigo 53		
1	Apreciação jurídica do processo licitatório	434
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A elaboração do parecer jurídico	438
	<i>Inciso I</i>	
2.1	Apreciar o processo licitatório com atribuição de prioridade	438
	<i>Inciso II</i>	
2.2	Redação da manifestação em linguagem simples e compreensível	438
3	A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei nº 13.655/2018) e as decisões dos agentes públicos responsáveis.....	439
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Divulgação do edital após o término da aprovação jurídica	441
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Apreciação jurídica das contratações diretas e outros ajustes.....	442
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Dispensa da apreciação jurídica em situações específicas	442
7	A responsabilização solidária do aprovador jurídico	443
Artigo 54 e Parágrafos 2º e 3º		
1	A publicidade do edital.....	445
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A publicação de extrato do edital em jornais de grande circulação	446
	<i>Artigo 55</i>	
1	Prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances.....	448
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Modificações no edital.....	449
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Redução do prazo de apresentação de propostas e lances.....	449
Artigo 56		
1	Modos de disputa passíveis de serem adotados.....	450
	<i>Incisos I e II</i>	
1.1	Procedimentos dos modos de disputa aberto e fechado	451
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Vedações ao uso dos modos de disputa fechado e aberto.....	453
	<i>Parágrafo 3º</i>	
3	Lances intermediários.....	454
	<i>Parágrafo 4º</i>	
4	Admissão de reinício da disputa aberta	454
	<i>Parágrafo 5º</i>	
5	Reelaboração das planilhas.....	455
Artigo 57		
1	Intervalo mínimo de diferença entre os lances	456
Artigo 58		
1	Garantia para participação na licitação.....	457
Artigo 59		

1	Desclassificação das propostas.....	460
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Propostas com vícios insanáveis.....	461
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Descumprimento de especificações técnicas indicadas no edital.....	462
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado.....	462
1.3.1	Preços inexequíveis.....	462
1.3.2	Propostas com preços que permaneçam acima do orçamento estimado.....	463
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Propostas sem exequibilidade.....	463
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Desconformidade com outras exigências do edital.....	464
	<i>Parágrafo 5º</i>	
2	Garantia adicional nas contratações de obras e serviços de engenharia.....	465
Artigo 60 e Parágrafo 2º		
1	Elenco de critérios para o desempate nas licitações.....	466
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Primeiro critério: Apresentação de novas propostas pelos licitantes empatados.....	467
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Segundo critério: Avaliação do desempenho contratual prévio.....	467
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Terceiro critério: Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no trabalho.....	468
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Quarto critério: Desenvolvimento de programa de integridade.....	469
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Regras de preferência na manutenção do empate.....	469
Artigo 61 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Negociação de condições mais vantajosas.....	471
Artigo 62		
1	A fase de habilitação.....	473
Artigo 63		
1	Disposições a serem observadas na fase de habilitação.....	474
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.....	475
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.....	476
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Demonstração de regularidade fiscal apenas do mais bem classificado.....	477
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado.....	477
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Propostas que compreendam os custos que atendam aos direitos trabalhistas.....	478
	<i>Parágrafo 2º, 3º e 4º</i>	
3	Atestado de conhecimento do local e das condições de realização do objeto.....	479
Artigo 64 e Incisos I e II		
1	Impossibilidade de substituição ou apresentação de novos documentos.....	481
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Responsabilidade do agente de contratação para sanar erros ou falhas.....	484
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Não exclusão do licitante por mótivo habilitatório quando já encerrada a fase habilitatória.....	484
Artigo 65 e Parágrafo 1º		
1	Condições de habilitação e as exigências para empresas recém criadas.....	485
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Possibilidade de a habilitação ocorrer por processo eletrônico.....	486
Artigo 66		
1	A habilitação jurídica.....	487
1.1	A questão da habilitação de empresas em recuperação judicial.....	487
1.2	A habilitação das cooperativas.....	489

Artigo 67

1	As peculiaridades inerentes à qualificação técnica	493
1.1	Requisitos para a demonstração da capacidade técnica.....	493
	<i>Inciso I</i>	
1.2	Registro na entidade profissional	495
	<i>Inciso II</i>	
1.3	Comprovação de aptidão de capacidade operacional.....	496
	<i>Inciso III</i>	
1.4	Disponibilidade de pessoal técnico, de instalações e de aparelhamento adequados.....	497
	<i>Inciso IV</i>	
1.5	Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial.....	497
	<i>Inciso V</i>	
1.6	Registro ou inscrição na entidade profissional competente.....	497
	<i>Inciso VI</i>	
1.7	Declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais	498
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Limites à exigência de capacidade técnica	498
	<i>Parágrafos 3º a 9º</i>	
3	Regras de atesto da capacidade técnica jungidas a situações específicas	499
	<i>Parágrafo 3º</i>	
3.1	Substituição por outras provas.....	499
	<i>Parágrafo 4º</i>	
3.2	Atestados emitidos por estrangeiros	500
	<i>Parágrafo 5º</i>	
3.3	Atestados de serviços similares na contratação de serviços contínuos	502
	<i>Parágrafo 6º</i>	
3.4	Obrigatoriedade de os profissionais participarem da obra ou serviço	503
	<i>Parágrafo 7º</i>	
3.5	Inscrição de empresas estrangeiras em entidade profissional competente	503
	<i>Parágrafo 8º</i>	
3.6	Exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante	503
	<i>Parágrafo 9º</i>	
3.7	Atestados de subcontratados.....	504
	<i>Parágrafos 10 e 11</i>	
3.8	Atestados emitidos em favor de consórcio que o licitante tenha participado.....	504
	<i>Parágrafo 12</i>	
3.9	Atestados de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções	505

Artigo 68

1	As habilitações fiscal, social e trabalhista	506
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Inscrição no CPF ou no CNPJ.....	507
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal	507
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Regularidade para com a Fazenda federal, estadual e municipal	507
1.3.1	A questão da regularidade ou quitação.....	508
1.3.2	A constitucionalidade da exigência.....	509
1.3.3	A comprovação de regularidade fiscal pelas pequenas empresas.....	510
1.3.4	A questão do domicílio ou sede do licitante	512
1.3.5	A certidão negativa de dívida ativa.....	513
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	515
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Regularidade perante a Justiça do Trabalho	516
1.5.1	Hipóteses de exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	519
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF.....	520
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Substituição de documentos.....	522
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Comprovação nos termos da legislação específica.....	522
4	A questão de verificação no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal)	523

Artigo 69

1	Habilitação econômico-financeira.....	527
	<i>Inciso I e Parágrafo 6º</i>	
1.1	Balço patrimonial e demonstrações contábeis.....	528
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede	530
1.2.1	A questão do pedido de falência postulado por terceiro	531
1.2.2	Efeitos do ajuizamento de ação de execução contra o patrimônio	531
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Declaração assinada por profissional da área contábil.....	531
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Vedação à exigência de valores mínimos de faturamento	532
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Relação dos compromissos assumidos pelo licitante.....	532
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Capital mínimo nas compras para entrega futura e nas obras e serviços.....	533
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Comprovação de situação financeira através do cálculo de índices contábeis	534

Artigo 70 e incisos I a III

1	Apresentação dos documentos de habilitação.....	536
1.1	As certidões via Internet.....	537
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Documentação de empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil.....	538

Artigo 71

1	Encerramento da licitação.....	540
2	Revogação e anulação de ato administrativo.....	541
	<i>Parágrafos 1º e 3º</i>	
3	A anulação da licitação.....	541
	<i>Parágrafo 2º</i>	
4	A revogação da licitação em função de razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes.....	542
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Tratamento idêntico nas contratações diretas e nos procedimentos auxiliares da licitação.....	543

Artigo 72

1	Do Processo de Contratação Direta	544
1.1	A Contratação Direta – Licitação Inexigível, Dispensável e Dispensada.....	545
1.2	Condições para a eficácia das contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade licitatória	546
1.2.1	Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo	547
1.2.2	Estimativa de despesa.....	548
1.2.3	Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento aos requisitos exigidos.....	548
1.2.4	Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.....	548
1.2.5	Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.....	548
1.2.6	Razão da escolha do contratado.....	549
1.2.7	Justificativa de preço.....	549
1.2.8	Autorização da autoridade competente.....	551
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Divulgação da contratação direta	552
1	Contratação direta com dolo, fraude ou erro grosseiro.....	553

Artigo 74

1	Licitação inexigível.....	555
	<i>Inciso I e Parágrafo 1º</i>	
1.1	Fornecedor exclusivo	558
1.1.1	Exclusividade do fornecedor.....	559
	<i>Inciso II e Parágrafo 2º</i>	
1.2	Contratação de profissional do setor artístico.....	560
	<i>Inciso III e Parágrafos 3º e 4º</i>	
1.3	Contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual de notória especialização	564
1.3.1	A identificação da notória especialização.....	564
1.3.2	A necessidade de “confiança” no profissional.....	565
1.3.3	A questão do elenco taxativo do inciso.....	567
1.3.4	A questão da inscrição de servidores em cursos de treinamento	567
1.3.5	A questão da contratação de serviços advocatícios	568
	<i>Inciso IV</i>	

1.4	Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento	571
	<i>Inciso V e Parágrafo 5º</i>	
1.5	Aquisição ou locação de imóvel cujas características tornem necessária a sua escolha	572
1.5.1	A questão da existência de vários imóveis com as mesmas características.....	574
1.5.2	Contratação direta no caso de imóveis com pendências de acabamento	575
1.5.3	Contratação direta de locação sob medida (<i>built to suit</i>)	576
Artigo 75		
1	A licitação dispensável	581
1.1	Hipóteses de licitação dispensável	583
	<i>Incisos I e II e Parágrafos 1º, 3º, 4º e 7º</i>	
1.1.1	Obras, serviços de engenharia, serviços de manutenção de veículos automotores, outros serviços e compras de pequeno valor	583
	<i>Parágrafo 2º</i>	
1.1.1.1	Regime especial para consórcios públicos, autarquias e fundações qualificadas como agências executivas	586
1.1.1.1.1	Consórcios públicos	586
1.1.1.1.2	Agências executivas	587
1.1.1.2	Dispensa de licitação na forma eletrônica	587
	<i>Inciso III</i>	
1.2	Licitações desertas ou frustradas	597
	<i>Inciso IV</i>	
1.3	Contratações de objetos específicos.....	598
	<i>Alínea 'a'</i>	
1.3.1	Aquisição de bens para manutenção durante o período de garantia técnica	600
	<i>Alínea 'b'</i>	
1.3.2	Aquisição nos termos de acordo internacional.....	601
	<i>Alínea 'c' e Parágrafo 5º</i>	
1.3.3	Dispensa de licitação nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	605
	<i>Alínea 'd'</i>	
1.3.4	Transferência de tecnologia	607
	<i>Alínea 'e'</i>	
1.3.5	Aquisição de perecíveis.....	609
1.3.5.1	O gênero perecível	610
1.3.5.2	A questão do preço do dia	610
	<i>Alínea 'f'</i>	
1.3.6	Bens ou serviços produzidos ou prestados no País de alta tecnologia e defesa nacional	611
	<i>Alínea 'g'</i>	
1.3.7	Manutenção da padronização de materiais de uso militar.....	611
1.3.7.1	A padronização.....	612
	<i>Alínea 'h'</i>	
1.3.8	Atendimento de militares em operações de paz no exterior.....	613
	<i>Alínea 'i'</i>	
1.3.9	Contratações para abastecimentos militares em estado de operação.....	614
	<i>Alínea 'j'</i>	
1.3.10	Coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis.....	615
	<i>Alínea 'k'</i>	
1.3.11	Aquisição ou restauração de obras de arte.....	616
1.3.11.1	Obras de arte ou objetos históricos.....	617
1.3.11.2	Compatibilidade com as finalidades do ente contratante	618
	<i>Alínea 'l'</i>	
1.3.12	Serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas	618
	<i>Alínea 'm'</i>	
1.3.13	Medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras	619
	<i>Inciso V</i>	
1.4	Contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/2004	620
	<i>Inciso VI</i>	
1.5	Comprometimento da segurança nacional.....	623
1.5.1	O conceito de segurança nacional.....	624
	<i>Inciso VII</i>	
1.6	Casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou grave perturbação da ordem.....	624
1.6.1	Guerra	625
1.6.2	Estado de defesa, Estado de Sítio e Intervenção Federal.....	626
1.6.3	Grave perturbação da ordem.....	629
1.6.4	Cabimento da dispensa licitatória	629
	<i>Inciso VIII e Parágrafo 6º</i>	

1.7	Emergência ou calamidade pública.....	629
1.7.1	Limites à contratação emergencial ou no caso de calamidade pública.....	632
1.7.2	A questão da emergência em face de negligência do agente público responsável	633
1.7.3	A questão da contratação emergencial em face de obstrução judicial	635
1.7.4	Situações emergenciais que afastarão as formalidades do art. 72.....	635
	<i>Inciso IX</i>	
1.8	Contratação entre pessoas jurídicas de direito público interno	636
1.8.1	Contratações entre entidades de esferas diferentes	638
	<i>Inciso X</i>	
1.9	Intervenção no domínio econômico	639
	<i>Inciso XI</i>	
1.10	Celebração de contrato de programa	640
	<i>Inciso XII</i>	
1.11	Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).....	642
	<i>Inciso XIII</i>	
1.12	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica	643
	<i>Inciso XIV</i>	
1.13	Contratação de serviços de associações de portadores de deficiência	643
	<i>Inciso XV</i>	
1.14	Contratação de instituição sem fins lucrativos	645
1.14.1	O conceito de instituição	646
1.14.2	Instituição brasileira.....	647
1.14.3	Os fins das instituições	648
1.14.4	A reputação das instituições.....	649
1.14.5	A inexistência de fins lucrativos	650
	<i>Inciso XVI</i>	
1.15	Contratação para a aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundação de apoio	652
	<i>Inciso XVII</i>	
1.16	Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água.....	654
	<i>Inciso XVIII</i>	
1.17	Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa Cozinha Solidária	655
2	Faculdade de convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	655
Artigo 76		
1	Licitação Dispensada	658
1.1	A alienação de bens da Administração Pública	659
1.2	Bens públicos	659
1.2.1	A alienação de bens públicos.....	660
1.2.1.1	Alienação de bens públicos imóveis.....	661
1.2.1.1.1	Interesse público.....	661
1.2.1.1.2	Avaliação prévia	662
1.2.1.1.3	Autorização legislativa	663
	<i>Inciso I</i>	
2	Dispensa de licitação para a alienação de bens imóveis.....	664
	<i>Alínea 'a'</i>	
2.1	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de dação em pagamento	665
	<i>Alínea 'b'</i>	
2.2	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de doação	666
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2.2.1	Reversão da doação.....	666
	<i>Parágrafos 6º e 7º</i>	
2.2.2	Doação com encargo (doação onerosa).....	668
	<i>Alínea 'c'</i>	
2.3	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de permuta.....	669
	<i>Alínea 'd' e Parágrafo 5º</i>	
2.4	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de investidura	670
	<i>Alínea 'e'</i>	
2.5	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública	673
	<i>Alínea 'f'</i>	
2.6	Dispensa para alienação de imóveis, por intermédio de diversos institutos, no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária	674
	<i>Alínea 'g'</i>	
2.7	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de alienação de bens imóveis para uso comercial	678

	<i>Alínea 'h'</i>	
2.8	Dispensa para alienação de terras públicas rurais da União e do Incra, para fins de regularização fundiária	678
	<i>Alínea 'i'</i>	
2.9	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de procedimentos de legitimação de posse	679
	<i>Alínea 'j'</i>	
2.10	Legitimação fundiária e legitimação de posse de que trata a Lei nº 13.465/2017	679
	<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
2.11	Dispensa na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de	
imóvel	681	
	<i>Inciso I</i>	
2.11.1	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis quando destinar-se a entes da Administração	681
	<i>Inciso II</i>	
2.11.2	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis a pessoa natural.....	681
	<i>Inciso II</i>	
3	Alienação de bens móveis.....	683
	<i>Alínea 'a'</i>	
3.1	Doação.....	683
	<i>Alínea 'b'</i>	
3.2	Permuta.....	685
	<i>Alínea 'c'</i>	
3.3	Venda de ações.....	685
	<i>Alínea 'd'</i>	
3.4	Venda de títulos.....	686
	<i>Alínea 'e'</i>	
3.5	Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública.....	687
	<i>Alínea 'f'</i>	
3.6	Venda de materiais sem utilização previsível para outros órgãos ou entidades da Administração	687
	Artigo 77	
1	Direito de preferência	689
	Artigo 78	
1	Procedimentos auxiliares nas licitações.....	690
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Critérios e julgamento	691
	Artigo 79	
1	Credenciamento.....	692
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Regulamentação do credenciamento.....	697
	Artigo 80	
1	Pré-qualificação	699
2	Condutas na Pré-qualificação.....	700
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2.1	Regras a serem observadas	700
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2.2	Pré-qualificação aberta permanentemente	701
	<i>Parágrafo 3º</i>	
2.3	Exigências do edital de pré-qualificação.....	701
	<i>Parágrafo 4º</i>	
2.4	Apresentação da documentação	702
	<i>Parágrafos 5º, 6º e 7º</i>	
2.5	Regras da pré-qualificação.....	702
	<i>Parágrafos 8º e 9º</i>	
2.6	Prazo de validade da pré-qualificação e de divulgação	703
	<i>Parágrafo 10</i>	
2.7	Licitação restrita a pré-qualificados.....	703
	Artigo 81	
1	O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	706
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
1.1	Publicização dos estudos e projetos e decorrências da feitura do trabalho.....	707
	<i>Parágrafo 3º</i>	
1.2	Parecer da Administração para aceitação dos produtos e serviços	708

	<i>Parágrafo 4º</i>	
1.3	PMI restrito a <i>startups</i>	708
Artigo 82		
1	Sistema de Registro de Preços (SRP)	712
1.1	O edital de licitação para o SRP	716
	<i>Inciso I e Parágrafos 3º e 4º</i>	
1.2	Especificidades e objeto, com indicação da quantidade máxima de itens.....	717
	<i>Inciso II</i>	
1.3	Quantidade mínima a ser cotada.....	718
	<i>Inciso III</i>	
1.4	Possibilidade de previsão de preços diferentes.....	718
	<i>Inciso IV</i>	
1.5	Oferecimento ou não de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto.....	719
	<i>Inciso V</i>	
1.6	Crterios de julgamento nas licitações de registro de preços.....	719
	<i>Inciso VI</i>	
1.7	Alterações dos preços registrados	721
	<i>Inciso VII</i>	
1.8	Registro de mais de um fornecedor.....	725
	<i>Inciso VIII</i>	
1.9	Proibição da participação em mais de uma Ata de Registro de Preços.....	726
	<i>Inciso IX</i>	
1.10	Hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços.....	727
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Utilização do critério de julgamento por grupo de itens.....	728
	<i>Parágrafo 5º</i>	
3	Condições para o uso do SRP	729
	<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Contratação direta para registro de preços nas contratações feitas por mais de um órgão ou entidade.....	730
Artigo 83		
1	Não obrigação da Administração contratar	731
Artigo 84		
1	Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.....	732
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Prazo do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços.....	732
Artigo 85		
1	Sistema de Registro de Preços na execução de obras e serviços de engenharia	734
Artigo 86 e Parágrafo 1º		
1	A Intenção de Registro de Preços (IRP)	737
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	A adesão (“carona”) à Ata de Registro de Preços.....	738
	<i>Parágrafos 3º a 8º</i>	
3	Limites às adesões às Atas de Registro de Preços.....	741
Artigo 87		
1	Sistema de registro cadastral unificado	744
	<i>Parágrafos 1º a 4º</i>	
2	Regras para o Sistema Nacional de Cadastramento	745
Artigo 88		
1	Regras para inscrição no cadastro.....	746
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Cadastramento por categorias e certificado	747
	<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
3	Anotações cadastrais.....	747
	<i>Parágrafo 5º</i>	
4	Modificações no cadastro.....	748
	<i>Parágrafo 6º</i>	
5	Atraso na entrega do certificado de cadastro	749
Artigo 89		
1	O contrato	750
1.1	O contrato e o Estado.....	751

1.2	Contratos da Administração.....	751
1.3	Subdivisão dos contratos da Administração.....	752
1.3.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública.....	752
1.3.2	Contratos administrativos.....	752
1.3.2.1	Sujeitos do contrato administrativo.....	753
1.3.2.2	Características do contrato administrativo.....	753
	<i>Parágrafo 1º e 2º</i>	
2	As cláusulas contratuais.....	753
2.1	Contratos oriundos de contratação direta.....	754
2.2	Os “contratos guarda-chuva”.....	754
Artigo 90		
1	Convocação do vencedor da licitação (adjudicatário).....	757
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Prorrogação do prazo de contratação.....	757
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Convocação de demais licitantes.....	757
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Prazo de validade da proposta.....	758
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Possibilidade de negociação.....	758
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato.....	759
	<i>Parágrafo 6º</i>	
7	Não aplicação aos demais licitantes convocados.....	760
	<i>Parágrafo 7º</i>	
8	Convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	760
Artigo 91 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Formalização do contrato administrativo.....	761
	<i>Parágrafo 3º</i>	
2	Contrato na forma eletrônica.....	762
	<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Providências anteriores à celebração do contrato ou de termos aditivos prorrogatórios.....	762
Artigo 92		
1	Cláusulas necessárias.....	765
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Objeto do contrato.....	766
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Vinculação ao edital e à proposta.....	766
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Legislação aplicável.....	766
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Regime de execução ou forma de fornecimento.....	767
1.4.1	Regimes de execução.....	767
1.4.2	Formas de fornecimento.....	767
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Preço do contrato, condições de pagamento e reajustamento.....	768
1.5.1	Reajustamento de preços.....	768
1.5.2	Atualização monetária.....	770
1.5.3	Das regras para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos.....	770
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Crítérios e periodicidade da medição e prazo para liquidação e pagamento.....	771
	<i>Inciso VII</i>	
1.7	Prazos contratuais.....	772
	<i>Inciso VIII</i>	
1.8	Especificação dos recursos orçamentários.....	773
	<i>Inciso IX</i>	
1.9	Matriz de risco.....	773
	<i>Inciso X</i>	
1.10	Prazo para resposta a pedido de repactuação de preços.....	774
	<i>Inciso XI</i>	
1.11	Prazo para resposta a pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.....	779
	<i>Inciso XII</i>	

1.12	Garantias contratuais.....	780
	<i>Inciso XIII</i>	
1.13	Garantia do objeto.....	781
	<i>Inciso XIV</i>	
1.14	Direitos, responsabilidades, penalidades e valores das multas.....	781
1.14.1	Direitos e responsabilidades.....	781
1.14.2	Penalidades e multas.....	781
	<i>Inciso XV</i>	
1.15	Condições de importação de bens.....	781
	<i>Inciso XVI</i>	
1.16	Manutenção das condições de habilitação.....	782
	<i>Inciso XVII</i>	
1.17	Reserva de cargos para pessoa com deficiência.....	782
	<i>Inciso XVIII</i>	
1.18	Modelo de gestão do contrato.....	782
	<i>Inciso XIX</i>	
1.19	Hipóteses de extinção contratual.....	782
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Declaração como competente o foro da sede da Administração.....	783
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Cláusula prevendo período para verificação de pendências.....	783
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Cláusula de reajustamento independentemente do prazo de duração.....	784
	<i>Parágrafos 4º e 6º</i>	
5	Reajustamento nos contratos de serviços contínuos.....	784
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Medição mensal nos contratos de obras e serviços de engenharia.....	786
	<i>Parágrafo 7º</i>	
7	Definição do que seria “adimplemento da obrigação contratual”.....	787
Artigo 93 e Parágrafo 3º		
1	Cessão de direitos patrimoniais.....	788
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Obra imaterial de caráter tecnológico.....	789
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Dispensa da exigência de cessão de direitos patrimoniais.....	790
Artigo 94		
1	Divulgação dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	791
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Divulgação dos contratos celebrados em caso de urgência.....	792
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Divulgação dos contratos celebrados por inexigibilidade com profissional do setor artístico.....	793
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Publicização dos contratos de obras.....	793
Artigo 95		
1	Obrigatoriedade de celebração de contrato.....	794
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Os documentos substitutivos do contrato.....	795
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Nulidade do contrato verbal.....	796
Artigo 96		
1	A prestação de garantia pelo contratado.....	798
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Modalidades de garantia.....	799
	<i>Inciso I</i>	
2.1	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.....	799
	<i>Inciso II</i>	
2.2	O seguro-garantia.....	801
	<i>Inciso III</i>	
2.3	Fiança bancária.....	801
2.4	Garantia de bens ou pessoas.....	802
	<i>Parágrafo 2º</i>	

3	Suspensão do contrato por ordem da Administração	802
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Prazo para a prestação da garantia.....	802
Artigo 97		
1	Regras para o seguro-garantia.....	804
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Seguro-garantia nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços.....	805
Artigo 98 e Parágrafo Único		
1	Limites da garantia.....	806
Artigo 99		
1	Seguro-garantia nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto	807
Artigo 100		
1	Devolução da garantia.....	809
Artigo 101		
1	Garantia nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração	810
Artigo 102		
1	A cláusula de retomada.....	811
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Disposições para o caso de inadimplemento do contratado.....	812
Artigo 103 e Parágrafos 1º a 3º		
1	A alocação de riscos nos contratos.....	813
	<i>Parágrafos 4º e 5º</i>	
2	Definição do equilíbrio econômico-financeiro	816
	<i>Parágrafo 6º</i>	
3	Adoção de métodos usualmente utilizados	817
Artigo 104		
1	Prerrogativas conferidas à Administração Pública	818
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Modificação unilateral do contrato administrativo.....	819
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Extinção unilateral do contrato administrativo	819
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Fiscalização da execução do contrato administrativo.....	820
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo	820
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Ocupação provisória de instalações	820
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Inalterabilidade das cláusulas econômico-financeiras e monetárias.....	821
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral.....	822
Artigo 105		
1	Duração dos contratos	823
Artigo 106		
1	Duração dos serviços e fornecimentos contínuos.....	825
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Limite para extinção do contrato	826
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Aluguel de equipamentos e a utilização de programas de informática.....	827
Artigo 107		
1	Prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos	828
Artigo 108		
1	Contratos com duração de até dez anos	830
Artigo 109		
1	Contrato com prazo indeterminado	832
Artigo 110 e Incisos I e II		
1	Prazos de duração dos contratos geradores de receita e de eficiência	833

Artigo 111 e Parágrafo único

1	Prorrogação do prazo na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido	835
---	--	-----

Artigo 112

1	Prazos contratuais previstos em lei especial	836
---	--	-----

Artigo 113

1	Contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado.....	837
---	---	-----

Artigo 114

1	Contratos de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação	838
---	--	-----

Artigo 115

1	Obrigatoriedade da fiel execução do contrato	839
	<i>Parágrafos 1º e 5º</i>	
2	Proibição do retardamento imotivado de obra ou serviço.....	840
	<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Obtenção da manifestação prévia ou licença prévia.....	841
	<i>Parágrafos 6º e 7º</i>	
4	Divulgação do retardamento motivado de obra ou serviço	841

Artigo 116

1	Manutenção da reserva de cargos para pessoa com deficiência	842
---	---	-----

Artigo 117

1	A fiscalização do contrato	843
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Tarefas e responsabilidades do fiscal.....	844
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Decisões que ultrapassem a competência do fiscal	846
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Apoio ao fiscal	846
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Regras para a contratação de terceiros.....	847

Artigo 118

1	Manutenção de preposto por parte da contratada.....	848
---	---	-----

Artigo 119

1	Defeitos na execução do objeto	850
---	--------------------------------------	-----

Artigo 120

1	Responsabilização do contratado por danos.....	852
---	--	-----

Artigo 121

1	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.....	853
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Não transferência da responsabilidade para a Administração.....	854
2.1	A responsabilidade trabalhista.....	854
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Responsabilidade solidária pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos trabalhistas	858
	<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
4	Asseguramento do cumprimento de obrigações trabalhistas	860
	<i>Parágrafo 5º</i>	
5	Recolhimento das contribuições previdenciárias	861

Artigo 122

1	Subcontratação.....	862
1.1	A questão da “cessão do contrato”	863
1.2	Exigências para a subcontratação	864
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Capacidade técnica do subcontratado	864
3	Subcontratação compulsória de microempresas ou empresas de pequeno porte (inciso II do art. 48 da LC nº 123/2006)	865
	<i>Parágrafo 2º</i>	
4	Regulamentação específica	866
	<i>Parágrafo 3º</i>	
5	Vedação de subcontratação de pessoa física ou jurídica	866

Artigo 123 e Parágrafo único

1	Decisão sobre todas as solicitações e reclamações.....	867
---	--	-----

Artigo 124

1	Alteração do contrato administrativo	869
	<i>Inciso I</i>	
2	Alteração unilateral.....	869
2.1	Alteração do projeto ou especificações	869
2.2	Alteração para acréscimo ou diminuição quantitativa	870
	<i>Inciso II</i>	
3	Alteração por acordo das partes	870
	<i>Alínea 'a'</i>	
3.1	Substituição da garantia de execução contratual.....	871
	<i>Alínea 'b'</i>	
3.2	Modificação do regime de execução ou fornecimento.....	871
	<i>Alínea 'c'</i>	
3.3	Modificação da forma de pagamento.....	871
	<i>Alínea 'd' e Parágrafo 2º</i>	
3.4	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro	872
	<i>Parágrafo 1º</i>	
4	Alterações por falhas de projeto.....	873

Artigo 125

1	Limitação dos acréscimos ou supressões.....	874
---	---	-----

Artigo 126

1	Impossibilidade de transfiguração do objeto da contratação	875
---	--	-----

Artigo 127

1	Regras para fixação dos preços unitários.....	876
---	---	-----

Artigo 128

1	Vedação à redução em favor do contratado	877
---	--	-----

Artigo 129

1	Indenização do contratado.....	878
---	--------------------------------	-----

Artigo 130

1	Reequilíbrio em face de alteração unilateral que altere os encargos do contratado	879
---	---	-----

Artigo 131

1	Possibilidade de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro após a extinção do contrato	880
	<i>Parágrafo Único</i>	
2	Formulação do pedido de reequilíbrio	881

Artigo 132

1	Formalização do termo aditivo como condição para a execução.....	883
---	--	-----

Artigo 133

1	Vedação de alteração de valores contratuais nas contratações integrada e semi-integrada	885
	<i>Incisos I a IV</i>	
1.1	Exceções à regra.....	885

Artigo 134

1	Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais.....	888
---	--	-----

Artigo 135

1	Repactuação dos preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	891
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Limitações estabelecidas	892
	<i>Parágrafos 3º a 6º</i>	
3	Regras para a repactuação	892

Artigo 136

1	Utilização de simples apostila	894
---	--------------------------------------	-----

Artigo 137 e Parágrafo 1º

1	Extinção do contrato	896
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Extinção contratual por descumprimento de normas do edital ou de cláusulas contratuais.....	898
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Extinção contratual por desatendimento de determinações regulares	898
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Extinção contratual devido à alteração social ou modificação da empresa.....	899

	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Extinção contratual em função de decretação de falência ou insolvência e dissolução da sociedade ou falecimento do contratado	899
1.4.1	Decretação de falência ou insolvência	899
1.4.2	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado	902
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Extinção contratual em função de caso fortuito ou de força maior	903
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Extinção contratual por não obtenção de licença ambiental.....	903
	<i>Inciso VII</i>	
1.7	Extinção contratual em função de atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa	904
	<i>Inciso VIII</i>	
1.8	Extinção contratual em função de razões de interesse público	904
	<i>Inciso IX</i>	
1.9	Extinção contratual por não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos	905
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Direito do contratado de extinção do contrato	905
	<i>Inciso I</i>	
2.1	Supressão de obras, serviços ou compras por ordem da Administração	906
	<i>Inciso II</i>	
2.2	Suspensão da execução contratual por ordem da Administração	906
	<i>Inciso III</i>	
2.3	Repetidas suspensões da execução contratual por ordem da Administração	907
	<i>Inciso IV</i>	
2.4	Atraso no pagamento.....	907
	<i>Inciso V</i>	
2.5	Não liberação de área por parte da Administração	907
	<i>Parágrafo 3º</i>	
3	Regras específicas para os casos de extinção contratual.....	908
	<i>Inciso I</i>	
3.1	Não admissão de extinção do contrato	908
	<i>Inciso II</i>	
3.2	Asseguramento ao contratado de suspensão.....	908
	<i>Parágrafo 4º</i>	
4	Notificação obrigatória aos emitentes das garantias.....	909
5	Garantia de ampla defesa e contraditório nos casos de rescisão.....	909
Artigo 138		
1	Modalidades de extinção do contrato administrativo	911
	<i>Inciso I</i>	
2	Extinção contratual unilateral	912
	<i>Inciso II</i>	
3	Extinção contratual consensual.....	912
	<i>Inciso III</i>	
4	Extinção contratual por decisão arbitral ou judicial	914
4.1	Extinção contratual por decisão arbitral	914
4.2	Extinção contratual pela via judicial	917
	<i>Parágrafo 1º</i>	
5	Forma escrita.....	918
	<i>Parágrafo 2º</i>	
6	Extinção contratual por culpa exclusiva da Administração.....	918
Artigo 139		
1	Consequências da extinção	919
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Afastamento da solução de continuidade	920
Artigo 140 e Parágrafos 1º, 2º e 3º		
1	Recebimento do objeto contratual	922
	<i>Parágrafo 4º</i>	
2	Responsabilidade pela qualidade do objeto.....	923
	<i>Parágrafo 5º</i>	
3	Responsabilidade do projetista	924
	<i>Parágrafo 6º</i>	

4	Responsabilidade civil.....	924
Artigo 141 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Ordem cronológica dos pagamentos.....	927
	<i>Parágrafo 3º</i>	
2	Disponibilização da ordem cronológica de pagamentos	928
Artigo 142		
1	Previsão de pagamento em conta vinculada ou pela efetiva comprovação do fato gerador.....	930
Artigo 143		
1	Pagamento de parcela incontroversa.....	930
Artigo 144		
1	Remuneração variável	931
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Ajustes para o pagamento.....	932
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Motivação da remuneração variável, com respeito ao limite orçamentário.....	932
Artigo 145		
1	Proibição de pagamento antecipado	933
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Exceção à regra	933
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Garantia adicional como condição para o pagamento antecipado	934
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Prevenção em face ao pagamento antecipado	935
Artigo 146		
1	Comunicação aos órgãos da administração tributária	936
Artigo 147 e Parágrafo único		
1	A declaração de nulidade do contrato	938
Artigo 148 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Análise prévia do interesse público na declaração de nulidade	942
Artigo 149		
1	O dever de indenizar	943
Artigo 150		
1	A caracterização objeto da contratação e a indicação dos créditos orçamentários.....	945
2	A observação da Lei de Responsabilidade Fiscal	945
Artigo 151 e Parágrafo único		
1	Meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias.....	947
Artigo 152		
1	Arbitragem de direito, com observação do princípio da publicidade	952
Artigo 153		
1	Permissão da adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias por aditamento	953
Artigo 154		
1	A escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas	954
Artigo 155		
1	Infrações administrativas	956
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Dar causa à inexecução parcial do contrato	958
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.....	959
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Dar causa à inexecução total do contrato	960
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.....	961
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.....	961
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro	

	do prazo de validade de sua proposta	962
1.6.1	Não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	962
1.6.2	Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.....	963
	<i>Inciso VII</i>	
1.7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	963
	<i>Inciso VIII</i>	
1.8	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	964
	<i>Inciso IX</i>	
1.9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	965
	<i>Inciso X</i>	
1.10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	965
1.10.1	Comportamento inidôneo.....	965
1.10.2	Cometimento de fraude de qualquer natureza.....	966
	<i>Inciso XI</i>	
1.11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	967
	<i>Inciso XII</i>	
1.12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	967
Artigo 156		
1	Sanções administrativas	972
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Advertência.....	973
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Multa.....	974
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Impedimento de licitar e contratar	975
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.....	975
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Estabelecimento de mecanismos para garantir a justiça nas sanções.....	976
	<i>Parágrafos 2º a 5º</i>	
3	Correlação das sanções com as infrações.....	976
	<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Competência para aplicação da sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.....	977
	<i>Parágrafo 7º</i>	
5	Aplicação cumulativa de sanções	978
	<i>Parágrafo 8º</i>	
6	Multa superior ao valor do pagamento devido pela Administração ao contratado.....	978
	<i>Parágrafo 9º</i>	
7	Reparação integral dos danos causados	978
Artigo 157		
1	Defesa no caso de aplicação de multa	979
Artigo 158 e Parágrafo 1º		
1	Processo de responsabilização no caso das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade	980
	<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2	Processo de responsabilização	981
	<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Prescrição.....	981
Artigo 159		
1	Apuração e julgamento conjuntos de atos infracionais das leis licitatórias e da Lei Anticorrupção.....	983
Artigo 160		
1	Desconsideração da personalidade jurídica.....	984
Artigo 161 e Parágrafo único		
1	Atualização de dados relativos às sanções aplicadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.....	991
Artigo 162 e Parágrafo único		
1	Multa de mora	992
Artigo 163 e Parágrafo único		
1	Reabilitação do licitante ou contratado.....	993

Artigo 164 e Parágrafo único	
1	Impugnação do edital licitatório 995
Artigo 165	
1	O direito de petição 997
	<i>Inciso I</i>
1.1	Recurso administrativo 998
	<i>Inciso II</i>
1.2	Reconsideração 999
	<i>Parágrafo 1º</i>
2	Recurso administrativo devido em virtude do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação 999
	<i>Parágrafos 2º a 5º</i>
3	Trâmite do recurso 1000
Artigo 166 e Parágrafo único	
1	Recurso em face de sanções aplicadas 1001
Artigo 167	
1	Pedido de reconsideração pena de declaração de inidoneidade para licitar 1002
Artigo 168 e Parágrafo único	
1	Recursos e pedidos de reconsideração terão efeito suspensivo 1003
Artigo 169	
1	Controle nas licitações 1006
	<i>Parágrafo 1º</i>
2	Responsabilidade pela implementação das práticas 1007
	<i>Parágrafo 2º</i>
3	Acesso irrestrito aos documentos e às informações por parte dos órgãos de controle 1008
Artigo 170 e Parágrafos 1, 2º e 3º	
1	Conduta dos órgãos de controle 1010
	<i>Parágrafo 4º</i>
2	Representação junto aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente 1011
2.1	O controle interno 1011
2.2	O controle externo 1012
Artigo 171	
1	Condutas fiscalizatórias 1017
	<i>Parágrafos 1º e 3º</i>
2	Suspensão cautelar do processo licitatório 1017
	<i>Parágrafos 2º e 4º</i>
3	Procedimentos do órgão ou entidade ao ser intimado da ordem de suspensão cautelar 1019
Artigo 172 (VETADO)	
Artigo 173	
1	Capacitação dos servidores e empregados públicos 1020
Artigo 174 e Incisos I e II	
1	Criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) 1023
	<i>Parágrafos 1º a 4º</i>
2	Normas sobre Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) 1025
Artigo 175 e Parágrafo 1º	
1	Instituição de sítios eletrônicos próprios pelos entes federativos 1028
	<i>Parágrafo 2º</i>
2	Divulgação de informações complementares pelos municípios 1028
Artigo 176 e Parágrafo único	
1	Prazo de adaptação para pequenos municípios 1030
Artigo 177	
1	Alteração do art. 1.048 do Código de Processo Civil 1032
Artigo 178	
1	Alteração do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) 1035
2	Art. 337-E – Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei 1035
2.1	Condutas puníveis 1036
2.2	Objetividade jurídica 1037
2.3	Pena 1037
3	Art. 337-F – Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação 1037
3.1	Condutas puníveis 1038

3.2	Objetividade jurídica	1038
3.3	Pena	1039
4	Art. 337-G – Patrocinar interesse privado perante a Administração	1039
4.1	Conduta punível.....	1039
4.2	Objetividade jurídica	1041
4.3	Pena	1041
5	Art. 337-H – Permitir qualquer modificação ou vantagem imprópria, em favor do contratado, durante a execução de contrato.....	1042
5.1	Condutas puníveis	1043
5.2	Objetividade jurídica	1045
5.3	Pena	1045
6	Art. 337-I – Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório	1045
6.1	Condutas puníveis	1045
6.2	Objetividade jurídica	1046
6.3	Pena	1046
7	Art. 337-J – Devassar o sigilo de proposta apresentada na licitação ou proporcionar a terceiro a possibilidade de devassá-lo.....	1046
7.1	Condutas puníveis	1047
7.2	Objetividade jurídica	1048
7.3	Pena	1048
8	Art. 337-K – Afastar ou tentar afastar licitante usando violência ou oferecendo vantagem.....	1048
8.1	Condutas puníveis	1049
8.2	Objetividade jurídica	1050
8.3	Pena	1050
9	Art. 337-L – Fraudar, com prejuízo para a Administração Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou prestação de serviços.....	1050
9.1	Condutas puníveis	1050
9.1.1	Entrega ou prestação com qualidade ou em quantidade diversa das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais.....	1050
9.1.2	Fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido.....	1051
9.1.3	Entrega de uma mercadoria por outra.....	1051
9.1.4	Alteração da substância, qualidade ou quantidade	1051
9.1.5	Tornar mais onerosa a proposta de preços ou a execução contratual usando fraude	1052
9.2	Objetividade jurídica	1052
9.3	Pena	1052
10	Art. 337-M – Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo	1052
10.1	Condutas puníveis	1052
10.2	Objetividade jurídica	1053
10.3	Pena	1053
11	Art. 337-N – Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito	1053
11.1	Condutas puníveis	1054
11.2	Objetividade jurídica	1055
11.3	Pena	1055
12	Art. 337-O – Omitir, modificar ou entregar à Administração levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse.....	1055
12.1	Condutas puníveis	1056
12.2	Objetividade jurídica	1056
12.3	Pena	1056
13	Art. 337-P. A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta	1056
Artigo 179		
1	Alteração da Lei de concessões e permissões da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995)	1057
Artigo 180		
1	Alteração da Lei de Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004)	1058
Artigo 181		
1	Instituição de centrais de compras	1059
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Constituição de consórcios públicos para criação das centrais de compras.....	1060
Artigo 182		
1	Atualização dos valores fixados na lei.....	1062
Artigo 183 e Parágrafo 3º		

1	Contagem de prazo.....	1063
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Dia de início da contagem do prazo.....	1063
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Prorrogação do prazo	1064
Artigo 184		
1	Aplicação das regras da Nova Lei aos convênios administrativos e outros ajustes	1066
Artigo 185		
1	Aplicação das regras do Código Penal às licitações e contratos das Estatais.....	1068
Artigo 186		
1	Aplicação subsidiária.....	1069
Artigo 187		
1	Aplicação dos regulamentos da União por estados, municípios e Distrito Federal	1070
Artigo 188 (VETADO)		
Artigo 189		
1	Aplicação da Lei nº 14.133/2021 às normas que mencionam as leis revogadas.....	1071
Artigo 190		
1	Conflito intertemporal.....	1072
Artigo 191 e Parágrafo Único		
1	Opção de a Administração adotar a Nova Lei ou leis anteriores.....	1073
Artigo 192		
1	Contratos de imóveis do patrimônio da União	1074
Artigo 193		
1	Revogação de leis	1075
	<i>Inciso I</i>	
2	Revogação dos artigos 89 a 108 da Lei nº 8.666/1993	1075
	<i>Inciso II</i>	
3	<i>Vacatio legis</i> enviesado.....	1075
Artigo 194		
1	Entrada em vigor da Nova Lei	1078
REFERÊNCIAS.....		1079